



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI

SECRETARIA DE SEGURANÇA E MOBILIDADE URBANA

Rua Eng. Renê Benedito Silva, 830 / Jd. Maria Judith / Itapevi / São Paulo / CEP: 06655-240

Tel.: (11) 41410474 – 4143-9199 / sec.seguranca@itapevi.sp.gov.br

ANEXO XX – CRITÉRIOS DE REAJUSTE E REVISÃO DA TARIFA (LEI 8.987/95, ART. 18, VIII E LEI 12.287/2012, ART.9 E ART.10, III)

1. DAS TARIFAS:

1.1. A operação do serviço de transporte coletivo de passageiros será remunerada através das Tarifas de Remuneração definidas no respectivo contrato, respeitada a manutenção do seu equilíbrio econômico e financeiro, nos termos do art. 9º da Lei Federal 12.587/12.

1.2. Os preços públicos cobrados do usuário pelo uso do transporte público coletivo denominam-se Tarifas Públicas, sendo instituídas por ato específico do Poder Público Concedente. As Tarifas Públicas serão estabelecidas com base nos parâmetros econômicos contratualmente estabelecidos com os operadores e possíveis fontes complementares de recursos.

1.2.1. O Poder Público Municipal deverá estabelecer a estrutura tarifária pública para o serviço de transporte coletivo, definindo os tipos de tarifas a serem praticados e os seus respectivos valores, considerando-se que:

1.2.1.1. A estrutura tarifária pública deverá abranger todas as modalidades de benefícios e gratuidades, parciais ou totais, existentes ou que venham a ser criadas (Anexo IV).

1.2.1.2. O estabelecimento de novos benefícios ou gratuidades para o sistema de transporte coletivo somente poderá se dar através de legislação específica, com indicação da fonte de recursos para o seu financiamento.

1.2.2. As Tarifas de Remuneração da prestação do serviço de Transporte Público Coletivo deverão ser constituídas pelos preços públicos cobrados do usuário pelos serviços somados à receita oriunda de outras fontes de custeio, de forma a cobrir os reais custos do serviço prestado ao usuário pela CONCESSIONÁRIA, além da própria remuneração da CONCESSIONÁRIA.

1.2.2.1. As Tarifas de Remuneração da Concessionária serão aquelas apresentadas na proposta vencedora da licitação.

1.2.2.2. A base de referência dos preços dos insumos, salários e benefícios que embasaram o cálculo das Tarifas de Referência e que considera os dados operacionais do Projeto Básico, é de Novembro de 2019, conforme apresentado no Anexo 3.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI

SECRETARIA DE SEGURANÇA E MOBILIDADE URBANA

Rua Eng. Renê Benedito Silva, 830 / Jd. Maria Judith / Itapevi / São Paulo / CEP: 06655-240

Tel.: (11) 41410474 – 4143-9199 / sec.seguranca@itapevi.sp.gov.br

1.2.2.3. DATA -BASE da Tarifa de Remuneração do Contrato, será a data de apresentação da proposta, ou seja, XX/XX/2021, pois a proposta foi elaborada com preços atualizados.

1.2.2.4. Portanto, a DATA -BASE PARA OS Reajustes contatuais anuais da Tarifa de Remuneração, será a data de aniversário da apresentação da proposta.

1.2.3. Face à manutenção do princípio da modicidade e do equilíbrio econômico - financeiro do Contrato, considera-se justa a remuneração que atenda, pelo menos, aos seguintes fatores básicos:

1.2.3.1. Despesas de operação;

1.2.3.2. Custos de depreciação sobre todos os bens envolvidos na prestação dos serviços, compatível com os prazos e com o regime de depreciação observados os termos do Anexo 3 do presente Edital;

1.2.3.3. Remuneração de todo o capital empregado para a execução dos serviços, direta ou indiretamente.

1.2.3.4. Despesas com encargos tributários e sociais, despesas administrativas, seguros, outorga e demais despesas e custos previstos ou autorizados;

1.2.3.5. Custos necessários à disponibilização para venda de créditos eletrônicos em seus pontos de vendas internos ou externos.

1.2.3.6. Outros que vierem a ser exigidos no cumprimento da tarefa pública, não previstos neste Edital e seus Anexos, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

1.2.4. A CONCESSIONÁRIA poderá propor ao CONCEDENTE, e, caso autorizado, adotar medidas de reduções tarifárias em horários ou locais específicos, ou medidas-promocionais de fidelização de passageiros, inclusive de caráter sazonal, sem que isso possa gerar qualquer direito à solicitação de revisão da Tarifa de Remuneração.

1.2.5. Quanto às gratuidades, deverão ser obedecidos os dispositivos legais e as regras apresentadas no Anexo 1.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI

SECRETARIA DE SEGURANÇA E MOBILIDADE URBANA

Rua Eng. Renê Benedito Silva, 830 / Jd. Maria Judith / Itapevi / São Paulo / CEP: 06655-240

Tel.: (11) 41410474 – 4143-9199 / sec.seguranca@itapevi.sp.gov.br

1.3. O Contrato estará equilibrado econômico e financeiramente se as receitas da CONCESSIONÁRIA cobrirem os custos previstos a partir de sua Proposta Comercial, medidos pelos mesmos coeficientes técnicos de consumo dos insumos, aplicados a cotações atualizadas dos mesmos.

1.4. Dos reajustes:

1.4.1. A fim de preservar a justa remuneração, é garantida a revisão da Tarifa de Remuneração, para mais ou para menos, de modo a manter-se o equilíbrio econômico-financeiro na prestação dos serviços.

1.4.2. Por Decreto Municipal, deverá ser designada comissão tarifária responsável para acompanhar e validar, através de parecer fundamentado, a aplicação da metodologia de reajuste e revisões tarifárias definidas no Edital e no Contrato da Concessão, que servirá ao Prefeito para a aplicação da Tarifa de Remuneração, da tarifa pública e respectivos reajustes.

1.4.2.1 As Tarifas de Remuneração serão objeto de Reajuste com o uso da fórmula paramétrica apresentada no item **1.4.3.** considerando a data-base indicada no item **1.2.2.3.** deste Edital, por ato do Poder Executivo, anualmente.

1.4.3. Os valores contratuais serão reajustados de acordo com a seguinte expressão:

$$R = [(0,50 \times I^1) + (0,25 \times I^2) + (0,25 \times I^3)] \times (IP^1 / IP_0)^{1/2}$$

Sendo:

R – Índice de reajuste a aplicar entre os períodos considerados

I¹ – Variação do “Reajuste Salarial” dado pela empresa operadora.

I² – Preço médio praticado ao Distribuidor, em Itapevi, Estado de São Paulo, da Síntese dos Preços Praticados – SUDESTE, RESUMO II – Diesel R\$/l da ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;

I³ – Índice acumulado do IPC do IBGE.

IP¹ - Índice de Produtividade, medido nos últimos 12 meses.

IP₀ – Índice de Produtividade Inicial (item 12.4 Edital).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI

SECRETARIA DE SEGURANÇA E MOBILIDADE URBANA

Rua Eng. Renê Benedito Silva, 830 / Jd. Maria Judith / Itapevi / São Paulo / CEP: 06655-240

Tel.: (11) 41410474 – 4143-9199 / sec.seguranca@itapevi.sp.gov.br

OBS.: Nos itens I² e I³ a variação citada refere-se aos meses do intervalo, começando 3 meses antes do último reajuste e até 3 meses antes da solicitação do novo reajuste, devido à disponibilidade dos dados publicados. Para o cálculo do Reajuste do valor da tarifa será considerada a efetivação dos acordos salariais das categorias profissionais envolvidas na execução dos serviços, ora licitado.

1.4.3.1. No caso da paralisação da publicação dos índices elencados, os mesmos serão substituídos por outros equivalentes, de comum acordo.

1.5. Das revisões:

1.5.1. As revisões ordinárias das Tarifas de Remuneração deverão ser realizadas com periodicidade mínima de 3 (três) anos, considerando a data-base de __/__/____, e deverão aferir o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato demonstrado pelo Fluxo de Caixa.

1.5.1.1. Caso demonstrada a ocorrência de desequilíbrio econômico - financeiro do Contrato serão tomadas medidas para a recomposição do mesmo, levando-se em conta a estrutura e os índices técnicos da planilha tarifária devidamente reavaliada.

1.5.1.2. Após cada recomposição de equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, os eventuais reajustes tarifários voltam a ser calculados pela fórmula paramétrica, devidamente reavaliada em seus pesos paramétricos, decorrentes da recomposição e manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do Contrato.

1.5.2. O CONCEDENTE deverá, em caráter excepcional proceder à revisão extraordinária das tarifas, por ato de ofício ou mediante provocação da CONCESSIONÁRIA, caso em que esta deverá demonstrar sua cabal necessidade, instruindo o requerimento com todos os elementos indispensáveis e suficientes para subsidiar a decisão, dando publicidade ao ato.

1.5.3. A aferição da necessidade de revisão dar-se-á, dentre outros, nos seguintes casos, que poderão ocorrer simultaneamente ou não, desde que comprovadamente gerem desequilíbrio econômico-financeiro do contrato:

1.5.3.1. Sempre que ocorrer modificações operacionais determinadas pelo CONCEDENTE com o objetivo de melhorar o atendimento aos usuários e a eficiência do sistema de transporte coletivo, de comprovada repercussão nos custos da CONCESSIONÁRIA, para mais



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI

SECRETARIA DE SEGURANÇA E MOBILIDADE URBANA

Rua Eng. Renê Benedito Silva, 830 / Jd. Maria Judith / Itapevi / São Paulo / CEP: 06655-240

Tel.: (11) 41410474 – 4143-9199 / sec.seguranca@itapevi.sp.gov.br

ou para menos, conforme o caso;

1.5.3.2. Sempre que ocorrer variação da composição de investimentos em frota, decorrente de determinação do CONCEDENTE, em razão de acréscimo ou diminuição de veículos, mudança de modal ou tipo de veículo, ou modificação de vida útil ou idade média máxima;

1.5.3.3. Sempre que houver acréscimo ou supressão dos encargos previstos no Projeto Básico, para mais ou para menos, conforme o caso;

1.5.3.4. Quando da implantação de ações que interfiram na rede de transportes que comprovadamente altere os encargos da CONCESSIONÁRIA, para mais ou para menos;

1.5.3.5. Ressalvados os impostos sobre a renda, sempre que forem criados, alterados ou extintos tributos que incidem sobre o serviço ou a receita da CONCESSIONÁRIA ou sobrevierem disposições legais, após a data de apresentação das propostas, de comprovada repercussão nos custos da CONCESSIONÁRIA, para mais ou para menos, conforme o caso;

1.5.3.6. Sempre que ocorrências supervenientes, decorrentes de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou de interferências imprevistas resultem, comprovadamente, em acréscimo ou redução dos custos da CONCESSIONÁRIA;

1.5.3.7. Sempre que houver alteração unilateral do Contrato, que comprovadamente altere os encargos da CONCESSIONÁRIA, para mais ou para menos, conforme o caso, consoante Art. 9º, § 4º, Lei 8.987/95;

1.5.3.8. Sempre que o Índice de Produtividade (IP), medido nos últimos 12 meses, variar 5% ou mais, relativamente ao Índice de Produtividade Inicial (IPo).